

AMPLIAÇÃO DA NOÇÃO TEÓRICA DA COMUNIDADE DE FALA NA PESQUISA SOCIOLINGÜÍSTICA¹

Marcos Luiz WIEDEMER² - UNESP/SJRP

Introdução

Labov (1972, p. 184), ao situar o estudo da língua no contexto social, propõe “o estudo da estrutura e evolução da língua dentro do contexto social da comunidade de fala”. Ao fazer isto, o autor rompe com as correntes anteriores (estruturalismo e gerativismo), que analisavam a língua através de uma estrutura homogênea, formulada por regras categóricas que podiam ser estudadas fora de seu contexto social. Hymes (2003, p. 34) realça a importância da CF ao afirmar que “a unidade natural para a taxonomia e descrição sociolinguística, contudo, não é a linguagem, mas a comunidade de fala”. Essa premissa colocada por Labov (*op. cit.*) advém dos fundamentos empíricos apresentados em Weinreich; Labov; Herzog (1968).

Este novo modo de olhar a língua tanto permitiu analisar e descrever o uso de variáveis da língua dos indivíduos no contexto de uma CF, como apontou que a presença da heterogeneidade é que permite ao sistema linguístico se manter em funcionamento mesmo nos períodos de mudança linguística.

Para Labov (1972, p. 120-121):

a comunidade de fala não é definida por nenhum acordo/contrato no uso de elementos de língua, mas pela **participação em um jogo de normas compartilhadas**; tais normas podem ser observadas em tipos claros de comportamentos avaliativos e pela uniformidade de modelos abstratos dos padrões da variação que são invariáveis em relação aos níveis particulares de uso (grifo nosso).

O autor cita como principal característica que mantém uma relativa homogeneidade em uma CF “as atitudes sociais em relação à língua que são extremamente uniformes numa comunidade de fala” (LABOV, 1972, p. 248).

Essa concepção de CF atribui ao indivíduo a consciência das atitudes e valores relativos à língua utilizada pelo grupo. No entanto, o escopo da noção de CF não compreende a utilização das mesmas formas da língua, mas sim, das mesmas normas (LABOV, 1972), estando as regras gramaticais em um nível inconsciente do falante.

Baseado na proposta laboviana, Guy (2000; 2001) apresenta algumas propriedades frequentes na literatura sociolinguística sobre CF, que podem ser assim resumidas:

- a) *Características linguísticas compartilhadas*: isto é, palavras, sons ou construções gramaticais que são usadas na comunidade, mas não fora dela.
- b) *Densidade de comunicação interna relativamente alta*: isto é, as pessoas normalmente falam mais com outras que estão dentro do grupo do que com aquelas que estão fora dele.
- c) *Normas compartilhadas*: isto é, “atitudes em comum sobre o uso da língua, normas em comum sobre a direção da variação estilística, avaliações sociais em comum sobre variáveis linguísticas” (GUY 2000, p. 18, grifo nosso).

No quadro (1) abaixo, buscou-se uma representação das definições de Guy (2000, 2001):

Dentro da CF	+ exposição => interação + traços linguísticos	> características linguísticas compartilhadas
Fora da CF	- exposição = < interação – traços linguísticos	< características compartilhadas

¹ Este texto é o resultado de nossa participação no XII Simpósio Nacional de Letras e Linguística e II Simpósio Internacional de Letras e Linguística, no Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, dias 17, 18 e 19 de novembro de 2009, quando apresentamos comunicação individual com o mesmo título no Grupo de Trabalho “Estudos geosociolinguísticos no Brasil: propostas, caminhos e perspectivas” coordenado pelas Professoras Dra. Vandersí Sant’Ana Castro (UNICAMP) e Dra. Vanderci de Andrade Aguilera (UEL).

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista – (UNESP/SJRP), São José do Rio Preto/SP, Brasil. Bolsista FAPESP (Processo n. 09/50819-0). E-mail: wiedemer@sjrp.unesp.br.

Quadro1. Relação entre o nível de exposição e interação na CF e absorção de traços linguísticos no interior e exterior de uma CF

Mas somente a exposição a traços linguísticos ou à alta densidade de interação não esclarece o porquê dos falantes quererem se acomodar a outros falantes, garantindo a manutenção dos mesmos traços linguísticos, e, por conseguinte, das características linguísticas compartilhadas dentro da CF. Esta análise parece carecer de uma explicação sobre as atitudes e vontades dos interlocutores em relação ao uso da língua.

Tem-se, então, que os membros de uma comunidade, através de atitudes linguísticas construídas com base em normas comuns, definem os contextos de falas formais e informais, ou seja, apontam as variáveis que são apropriadas para o uso no grupo. Sobre isto, Weinreich, Labov & Herzog (1968) afirmam que um enunciado possui, além do significado representacional, outras duas funções: a *função de identificação* do falante e a *função de acomodação* ao ouvinte, e as regras gramaticais se adaptam à competência do falante conforme as restrições exigidas; sendo estas quantitativas. Portanto, esta definição engloba não somente traços definidos pela geografia da comunidade, mas também traços sociais.

Além disto, para Guy (2000, p. 18), ao trabalhar com a noção de CF, a sociolinguística tem como objetivo unir idioletos de falantes individuais, procurando, desta forma, estabelecer quais traços linguísticos são compartilhados, e quais os distinguem de outros grupos de falantes. E, para que haja uma conexão entre idioleto e língua, a participação em uma comunidade e o processo de acomodação garantem que muitos traços linguísticos comuns sejam mantidos. Esse modelo de CF favorece a investigação empírica de quais traços são compartilhados e com que grau de semelhanças e diferenças linguísticas.

Fica evidente que tal modelo de CF leva a uma sobreposição dos traços linguísticos compartilhados por seus membros. Em um nível ascendente, compartilha traços regionais, nacionais e assim por diante.

Desta maneira, as comunidades encontram-se encaixadas umas dentro das outras, pois um falante pode participar ao mesmo tempo de mais de uma comunidade. O resultado deste modelo favorece tanto a observação de uma comunidade mais geral da língua, quanto à observação de comunidades locais, permitindo a análise de cruzamentos de traços linguísticos que possibilitam trabalhar com a noção de comunidades encaixadas (GUY, 2000, 2001). Além disto, outras comunidades podem estar interligadas, como sub-comunidades que são definidas por relações de vizinhança, classe social, etnia, religião, ocupação etc. Assim, uma pesquisa sociolinguística recebe um recorte de acordo com a abordagem metodológica definida, e esta pode partir de uma comunidade local, geral, das duas ou, ainda, dos cruzamentos linguísticos existentes.

Isto conduz a existência de muitos fatores, frequentemente inter-relacionados, a serem controlados, ocasionando alterações na interpretação de quais fatores estão em jogo na variação linguística e trazendo algumas implicações para a análise linguística. Assim, a busca de padrões de distribuição das diferenças é objeto para a pesquisa linguística. Guy (2000, p. 22), ao abordar os limites internos de uma CF, aponta que as restrições:

devem ser universais e não admitir diferença entre comunidades ou entre falantes; os efeitos lexicais devem ser altamente locais e assistemáticos, dada à axiomática “arbitrariedade do signo linguístico” e também os resultados mais interessantes sejam aqueles que envolvem diferenças mais estruturais entre comunidades.

Neste jogo de relações, vale chamar a atenção para *o controle do contato entre os membros de uma mesma CF*, o que rapidamente leva a pensar em como controlar a diferença entre variáveis e os motivos que levam à sobreposição de traços dentro da comunidade.

1. Diversidade de sub-comunidades x indivíduo

Embora se considerem as diferenças entre variáveis de uma comunidade como algo atrelado às atitudes e normas compartilhadas pelos falantes, ou diferença de contexto, *há a necessidade de mecanismos de controle da maneira como os indivíduos de uma comunidade se comunicam e como se organizam*, pois a noção apresentada até aqui se baseia nos condicionantes sociais que atuam sobre o indivíduo, mas não são criados pelos membros da comunidade. Segundo Figueroa (1994) as pesquisas sociolinguísticas são baseadas no conceito de CF, e não no indivíduo; a este respeito à autora indaga “como sustentar que a língua se localiza na comunidade, quando o comportamento linguístico estudado é extraído dos indivíduos?” (FIGUEROA, 1994).

Weinreich; Labov; Herzog (1968), ao tratarem do *problema da implementação*³, sugerem:

uma mudança linguística começa quando um dos *muitos traços característicos da variação na fala se difunde através de um subgrupo específico da comunidade de fala*. Este traço linguístico então assume certa significação social – simbolizando os valores sociais associados àquele grupo (cf. Sturtevant 1947: 81ss.). Uma vez que a mudança linguística está encaixada na estrutura linguística, ela é gradualmente generalizada a outros elementos do sistema. Tal generalização não tem nada de instantânea, e a mudança na estrutura social da comunidade normalmente intervém antes que o processo se complete. Novos grupos entram na comunidade de fala, de tal modo que uma das mudanças secundárias se torna primária. (grifo nosso).

Vejamos na Tabela 1 (WIEDEMER, 2008b), que dispõe a diferença de resultados ao analisar o complemento locativo do verbo *ir* na fala de Santa Catarina, considerando o controle de três localidades (Blumenau, Florianópolis, Lages).

Tabela 1. Influência da variável *localidade* no uso de *A*, *PARA* e *EM*, no complemento locativo do verbo *ir*

Localidade	A			PARA			EM			
	Apl./total	%	PR	Apl./total	%	PR	Apl./total	%	PR	
Blumenau	51/275	19	.57	132/275	48	–	92/275	33	.45	
Florianópolis	57/332	17	.56	146/332	44	–	129/332	39	.46	
Chapecó	36/350	10	.39	152/350	43	–	162/350	46	.58	
TOTAL	144/957	15		430/957	45		383/947	40		
Significância	Input: .11 7º fator selecionado	Sig.: .045			fator não selecionado			Input: .39 6º fator selecionado	Sig.: .023	

Os resultados mostram que localidade é fator relevante na seleção das preposições, e que, embora as três cidades pertençam a um mesmo estado da Região Sul, esse comportamento diferenciado quanto ao uso das preposições pode sugerir que cada uma represente uma subcomunidade dentro de uma comunidade de fala maior. Em relação a isso, Millroy (2002) comenta que estudos feitos por Labov (1963 [marcas fonológicas]) e Cheshire (1982 [marcas gramaticais]) mostraram que quanto mais integrado o sujeito está a uma rede, mais frequentemente tende a usar variantes locais/regionais. Assim, é possível hipotetizar que Florianópolis e Blumenau sejam centros urbanos onde a tendência dos indivíduos a integrar diferentes redes sociais⁴ seja mais ampla, podendo manter contato com indivíduos mais escolarizados etc., o que poderia estar correlacionado ao uso da preposição *a*. Todavia, para testar essa idéia, seria necessário investigar as redes sociais dos indivíduos envolvidos na pesquisa.

Para dar conta da variação dentro de uma mesma comunidade, Guy (2001, p. 7) apresenta a hipótese de que:

falantes que compartilham as mesmas condições de contexto em um processo variável, mas são diferenciados pelo uso geral do processo, podem ser considerados como usando a mesma gramática. Mas falantes que mostram efeitos de contexto significativamente diferentes estão usando gramáticas diferentes.

Desta forma, uma CF mantém certa homogeneidade interna, pois as diferenças no que tange a usar, ou não, um fenômeno variável atrelado aos fatores sociais ou linguísticos não altera a uniformidade interna da comunidade se as variáveis não interferirem em sua coerência fundamental.

Assim, na noção de comunidade de fala, deve haver uma abstração destes elementos para a classificação de sub-comunidades dentro de uma mesma comunidade. A relação entre língua e estrutura

³ A *implementação* está atrelada às causas/motivações da mudança; sob esse viés, procura-se identificar em que parte da estrutura social e linguística a mudança se originou. Nas palavras de Labov (1994, p. 3), “para se entender as causas da mudança, e necessário saber onde ela se origina na estrutura social, como se espalha para outros grupos sociais e quais grupos resistem a ela”. Nessa etapa, uma mudança pode se iniciar como um padrão local e espalhar-se por grupos vizinhos; a oposição entre duas variantes, em muitos casos, simboliza uma oposição entre valores sociais, resultando em normas sociais, etárias, estilísticas. Busca-se responder na *implementação*: Por que uma dada mudança linguística ocorre em certa época e lugar? Como ela se espalha para outros grupos? Que grupos se mostram mais resistentes a ela?

⁴ A designação para *Redes sociais*, conforme Milroy (2002), corresponde aos relacionamentos criados pelas pessoas para suprir as dificuldades da vida cotidiana. Tais redes podem variar de um indivíduo para outro e ser constituídas por ligações de diferentes tipos e intensidades. Apesar de pertencer a uma determinada comunidade de fala, os indivíduos fazem uso da língua/fala em diferentes práticas que refletem diferentes modelos (variações) de uso. O falante faz uso da língua para atender às exigências necessárias de cada interação específica.

social mantém uma regularidade que não afeta as normas compartilhadas pela comunidade de fala, permitindo, desta maneira, que um indivíduo possa pertencer a várias comunidades de fala ou subcomunidades ao mesmo tempo, sendo também possível sua identificação dentro destas.

Mas este tipo de pensamento, analisar o mesmo indivíduo dentro de diferentes comunidades, leva a ampliação do conceito de CF para uma noção mais geral, pois o indivíduo, ao pertencer a diversas comunidades, deve também dominar diversas regras de participação que são exigidas para identificação em cada uma delas.

Wardhaugh (2002, p. 126) sugere outro caminho para a análise dos relacionamentos dos membros de uma comunidade: a ideia de *rede de relacionamentos*, sendo sua principal preocupação mostrar que definir “como um indivíduo se relaciona a outros indivíduos na sociedade é perguntar de que redes ele ou ela participam”.

Uma pesquisa sociolinguística também deve ficar atenta ao repertório de fala que cada indivíduo possui, pois uma pessoa pode controlar e fazer uso de diferentes variedades de línguas. Para Wardhaugh (2002, p. 128) “a conexão social que resulta das escolhas linguísticas que você faz pode depender da quantidade de certas características linguísticas, da mesma forma que de suas qualidades”. É justamente a noção do controle das redes sociais dentro da noção de CF que estamos argumentando.

Dando continuidade, vejamos agora os resultados, Tabela 2, de Wiedemer (2008b) sobre a distribuição das preposições no complemento locativo do verbo *ir* na fala catarinense.

Tabela 2. Distribuição das preposições A/PARA/EM por cidade no estado de SC, no complemento locativo do verbo *ir*

Preposição Localidade	A		PARA		EM		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Florianópolis	57	17	146	44	129	39	332	100
Blumenau	51	19	132	48	92	33	275	100
Chapecó	36	10	152	44	162	46	350	100
TOTAL	144	15	430	45	383	40	957	100

De imediato, chama atenção o baixo percentual de uso da preposição *a* (15%) em relação a *para* (45%) e *em* (40%). No entanto, deve-se salientar que esse percentual mostra-se superior às nossas expectativas iniciais, pois supúnhamos que a frequência da preposição *a* fosse menor, já que estamos analisando dados de fala, e o grau máximo de escolaridade controlada dos informantes é colegial. Resolvemos, então, verificar o comportamento dos informantes para ver se não haveria algum resultado desviante. Em função disso, foram produzidos os três gráficos a seguir, um para cada cidade (cada cidade é representada por 24 informantes), com o controle individual de uso das preposições.

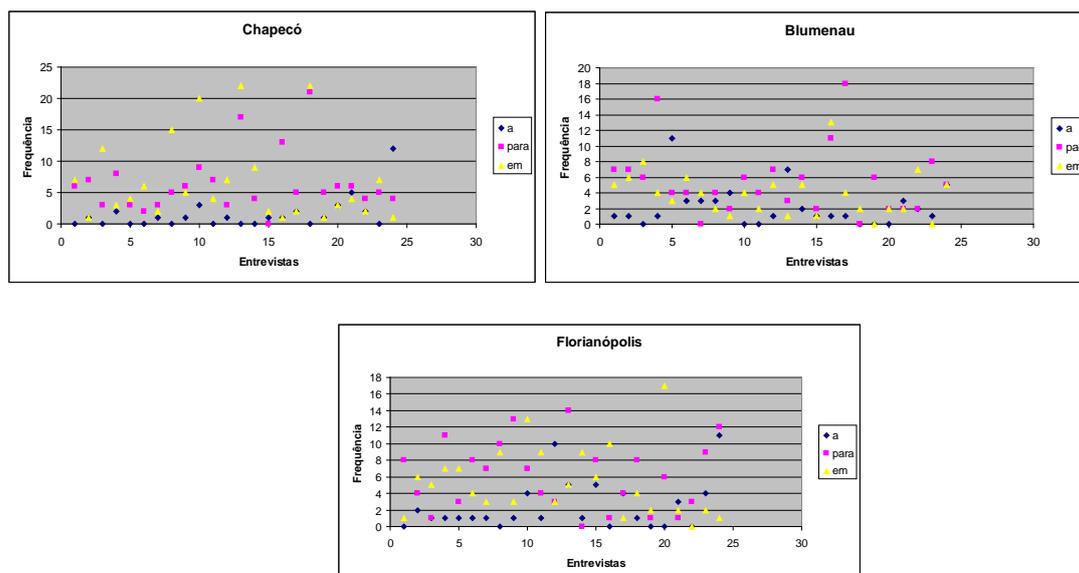


Gráfico 1, 2 e 3 – Resultados individuais por localidade de uso das preposições A/PARA/EM, no complemento locativo do verbo *ir* na fala de Santa Catarina

Considerando as três localidades, 23 dos 72 entrevistados (32%) não usaram a preposição *a*. Em contrapartida, apenas 3 informantes (4%) deixaram de empregar *em* e 4 (5%) não fizeram uso de *para*. Isso

mostra que a preposição *a* se encontra, atualmente, não só com baixa frequência de uso (embora acima de nossa expectativa inicial), mas também em total desuso na fala de alguns informantes. Por outro lado, observando os resultados individuais de uso da preposição *a*, há 51 ocorrências (quase 1/3 do total de 144) concentradas na fala de 05 informantes, sendo 01 informante com 12 ocorrências na cidade de Chapecó; 02 informantes na cidade de Blumenau, sendo um com 11 ocorrências, e outro com 07 ocorrências, e 02 informantes na cidade de Florianópolis com 11 ocorrências cada um.

Com esses números, é necessário considerar que os resultados obtidos para a preposição *a*, por cidade e também na rodada geral, devem ser relativizados em função da alta concentração de ocorrências em alguns informantes e da ausência de dados em outros. Além disso, esses resultados evidenciam que além de observar a variação na comunidade de fala é necessário remeter nosso olhar para a questão da variação inter e intrarindivíduo.

Temos aqui uma questão interessante a ser discutida: considerando a variável em estudo, será que estamos lidando com uma mesma comunidade de fala ou com comunidades de fala diferentes? É certo que cada cidade, conforme Wiedemer (2008b, p.119-120), especialmente Florianópolis e Blumenau, mostraram particularidades significativas quanto ao uso das preposições. Entretanto, também o autor evidenciou que há compartilhamento de alguns contextos condicionadores.

2 A necessidade de integrar as noções de *redes sociais* e *comunidade de prática*

Wardhaugh (2002) elenca as noções de *estereótipo* (presença de certas características comportamentais) e de *identidade* como fundamentais na delimitação do conceito de comunidade de fala. De forma, comunidades de fala são sempre definidas praticamente a partir das suas relações com outras comunidades. Nas palavras do autor “dizer que um membro de determinado grupo, que ele ou ela sempre exibirão algum comportamento característico é oferecer um estereótipo” (WARDHAUGH, 2002, p. 117).

Como vimos, nas *redes sociais* (MILROY, 2002), as redes podem variar de um indivíduo para outro e ser constituídas por ligações de diferentes tipos e intensidades. Dessa forma, a noção da CF, que procura estabelecer que características um grupo de falantes compartilha, com a noção de *redes sociais* integrada com a CF, pode demonstrar como os indivíduos fazem uso da língua/fala em diferentes práticas que oferecem diferentes modelos (variações) de uso da fala. Segundo Milroy (2002), o falante faz uso da língua para atender às exigências necessárias de cada interação específica. Assim, avaliar a densidade de conexões em uma CF torna-se importante na pesquisa linguística; e para tal finalidade é necessário criar mecanismos de medida para avaliação das redes sociais, pois os indivíduos podem optar por pertencer ou não a uma determinada rede de relacionamentos.

Milroy & Gordon (2003, p. 119) acrescentam que “os indivíduos que são bem integrados em redes locais estão posicionados socialmente para acessar as múltiplas comunidades de prática”.⁵

Na busca de uma interface entre comunidade de prática e redes sociais, a pesquisa linguística deve considerar que estas podem impor padrões de comportamento aos seus membros; já no que se refere àquelas, o indivíduo pode optar/escolher por pertencer ou não à determinada comunidade de prática. Holmes e Meyerhoff (1999) mencionam que na CF as normas são compartilhadas, assim sendo seus membros são definidos externamente, no entanto, na comunidade de prática, práticas construídas internamente são requeridas aos seus membros, sendo o relacionamento construído através de grupos de identidades e o processo social aprendido. Desta maneira, a comunidade de prática pode facilitar a propagação de novas formas linguísticas.

Sobre a CF, Wardhaugh (2002) destaca que a noção de CF não pode ser um conceito fechado, e que sua identificação não é menos problemática do que os conceitos de língua, dialeto, grupo e variedade. Dessa maneira, a definição de CF está atrelada à definição de grupo, língua, dialeto ou norma. O autor (*op. cit.*, p. 121) acrescenta que “um indivíduo pertence a várias comunidades de fala ao mesmo tempo, mas em alguma ocasião particular somente a uma delas, a identificação particular depende do que é especialmente importante ou contrastivo nas circunstâncias”.

Dessa forma, as pessoas estariam ligadas a uma multiplicidade de redes de relacionamentos, e para participar destas redes, o falante faz uso de seu repertório de fala e controla as “gramáticas” de uma língua

⁵ O conceito de *comunidade de prática*, apresentado por Eckert (2000) consiste na ideia de um conjunto de pessoas reunido em torno de um empreendimento particular, negociando e aprendendo práticas que contribuem para a satisfação de um objetivo comum, por exemplo, grupo de adolescentes, da igreja, da escola, do trabalho etc. Neste sentido, embora os indivíduos tenham as mesmas características do macro-nível (sexo, idade, escolaridade e profissão), eles podem diferir quanto à fala devido a suas participações sociais.

ou mais, que são necessárias para participar destes relacionamentos (escola, trabalho, lar etc.). Assim, uma pesquisa sociolinguística também deve ficar atenta ao repertório de fala que cada indivíduo possui, pois uma pessoa pode controlar e fazer uso de diferentes variedades de línguas. Para Wardhaugh (2002, p. 128) “a conexão social que resulta das escolhas linguísticas que você faz pode depender da quantidade de certas características linguísticas, da mesma forma que de suas qualidades”.

Assim, a noção de CF, por sua vez, afasta da pesquisa sociolinguística o aspecto da alta mobilidade social e geográfica das sociedades modernas, deslocando os dados da realidade existente (CHAMBERS *apud* MILROY, 2002). Com isso, a noção de CF pode ser complementada pelas noções de *redes sociais* e *comunidade de prática*.

Considerações Finais

O percurso que realizamos neste trabalho foi propor que a noção da CF pode ser ampliada e outras noções teóricas podem contribuir para a pesquisa sociolinguística, como as de *redes sociais* e *comunidade de prática*, uma vez que o controle do modo como os indivíduos de uma comunidade organizam sua comunicação pode realmente apresentar resultados que expliquem o uso de diferentes variáveis de fala dentro de uma comunidade, e, com isso, contribuir também para uma descrição do português brasileiro.

Contudo, trabalhar essas noções em conjunto é um desafio para o pesquisador, pois a análise baseada nas redes sociais propõe identificar a estrutura e as propriedades das redes de relacionamento dos indivíduos. Já as comunidades de práticas visam ao estudo do repertório/práticas que os indivíduos compartilham ao realizarem determinado empreendimento em comum.

Os resultados de Wiedemer (2008a, 2008b) demonstraram a necessidade de realizarmos uma análise mais aprofundada nos dados de determinada comunidade analisada, é que esses resultados servem de sustentação suficiente para a ampliação da análise pela sociolinguística, e considerarmos também a inserção das noções de *redes sociais* e *comunidade de prática* na descrição linguística.

REFERÊNCIAS

- FIGUEROA, E. *Sociolinguistic Metatheory*. Language & Communication Library, v. 14. Oxford: Pergamon, 1994.
- GUY, G. A Identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto nos padrões de variação linguística. *Organon, Revista do Instituto de Letras da UFRGS*, Porto Alegre, v. 28 e 29. 2000, p. 17-32.
- GUY, G.. *As comunidades de fala: fronteiras internas e externas*. *Abralin*, 2001. Disponível em http://sw.npd.ufc.br/abralin/anais_con2int_conf02.pdf.
- HYMES, D. Models of the Interaction of Language and Social Life. In: PAULSTON C. B. & TUCKER G. R. (eds.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell Publ., 2003.
- HOLMES, J.; MEYERHOFF, M. The community of Practice: theories and methodologies in language and gender research. *Language in Society* 28:2. Cambridge University Press, 1999, p. 173-183.
- LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.
- MILROY, L. Social Networks. In: CHAMBERS, J.K.; TRUDGILL, P; SCHILLING-ESTES, N. (eds.) *The Handbook of Language Variation and Change*. Oxford: Blackwell. 2002, p. 549-569.
- MILROY, L.; GORDON, M. Social Relationships Subjects. In: *Sociolinguistic: method and interpretation*. UK: Blackwell, p. 116-135.
- WARDHAUGH, R. Speech communities. In: *An Introduction to Sociolinguistics*. 4a. ed. UK: Blackwell, 2002. p. 116-129.

WEINREICH, U., LABOV, W., HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LHEMAN, W., MALKIEL, Y. (eds.) *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968, p. 95-195.

WIEDEMER, M. L. As faces da comunidade de fala. *Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação*. Blumenau, v. 2, n. 1, 2008a, p. 21 - 35.

WIEDEMER, M. L. *A regência variável do verbo ir de movimento na fala de Santa Catarina*. 141p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, Florianópolis, 2008b.